Educação Fiscal na Universidade

Educação Fiscal na universidade 8ª RF e Unifesp celebram acordo inédito para inclusão da disciplina "Política Fiscal e Cidadania"

A Superintendência da 8ª RF e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) celebraram hoje (11/10) um acordo de cooperação técnica para a inclusão de conceitos de cidadania fiscal no currículo. O acordo, assinado no Campus São Paulo, é inédito.

"Esperamos que seja o primeiro de muitos que virão. Juntamente com a ação repressiva, tem que haver a preventiva. Os países que apresentam os maiores índices de desenvolvimento humano são exatamente aqueles onde a cidadania é melhor exercida", afirmou o superintendente substituto da 8ª RF, Marcelo Barreto.

Os cursos da área de saúde serão os primeiros a ter a disciplina "Política Fiscal e Cidadania". "Com o passar do tempo, deveremos estender o assunto para outros campi.

Nós queremos que nossos alunos e professores participem dessa discussão da cidadania, que é a educação fiscal", disse o reitor da Unifesp, Walter Manna Albertoni. Segundo a representante do Programa Nacional de Educação Fiscal na 8ª RF, Gioia Tosi, além de ser estendida para outros cursos, a disciplina deve ir para outras universidades.

O tema Educação Fiscal está presente em boa parte das palestras da Receita Federal para o público externo. "Pagar o tributo de acordo com a capacidade contributiva, que é o que busca a Receita Federal, traz à tona os princípios mais elementares para a convivência social, como o princípio da solidariedade", explicou o superintendente da 8ª RF, José Guilherme Antunes de Vasconcelos. "O Programa Nacional de Educação Fiscal atua há mais de dez anos, levando conhecimento principalmente para as escolas e gerações mais novas", complementou o diretor-geral adjunto da Escola de Administração Fazendária, Nerylson Lima da Silva.

Conteúdo Programático

A disciplina "Política Fiscal e Cidadania" tem como objetivo aumentar o senso crítico dos estudantes com o conhecimento básico sobre as instituições para que eles façam críticas consistentes às atividades públicas. O conteúdo programático da disciplina inclui inclui temas como "República e Democracia", "Separação de Poderes e Geração de Direitos", "Tipos de Tributos e Competências Federativas", "Federalismo e Divisão da Arrecadação", "Receita Pública e Orçamento" e "Eficiência do Gasto Público e Controle". Cada curso terá ainda módulos customizados. Os cursos da área de saúde, por exemplo, terão os módulos "Vinculação da Arrecadação de Tributos à Saúde" e "Tributação e Saúde".